

# Governança fundiária e controle ambiental na Amazônia

## Destinação de terras para inclusão social na floresta

### Desafios atuais

As terras públicas federais rurais no Brasil, que incluem terras indígenas (TIs), unidades de conservação (UCs), assentamentos da reforma agrária (AST), áreas militares e as glebas públicas não destinadas, ocupam cerca de 121,30 milhões de hectares (INCRA, 2024). Desse total, 116,57 milhões de hectares (99%) estão localizados na Amazônia Legal dos quais, cerca de 50 milhões não foram destinadas ainda.

Dados oficiais do desmatamento (PRODES) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicam que, entre agosto de 2023 e julho de 2024, a taxa foi de 6.288 km<sup>2</sup>, dos quais aproximadamente 28% ocorreram nestas glebas não destinadas<sup>1</sup>. Em alguns estados, como o Amazonas, este percentual supera os 70%.

Essas áreas, sem uma definição clara de uso e gestão, tornam-se extremamente vulneráveis a invasões, grilagem, conflitos fundiários e exploração ilegal. Ou seja, a falta de segurança fundiária e de ordenamento do território é um dos principais impulsionadores do desmatamento e ameaça os meios de subsistência e a participação econômica dos pequenos agricultores familiares e dos povos e comunidades tradicionais (PCTs). O projeto Governança da Terra propõe abordar a gestão fundiária como uma estratégia central para combater o desmatamento nessas terras públicas federais da Amazônia, dentro do contexto da atual fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

A falta de destinação e gestão adequada dessas glebas públicas não apenas facilita os ilícitos e a degradação ambiental, mas também impede a aplicação de políticas públicas eficazes que poderiam beneficiar comunidades locais e promover uma economia local de base sustentável. Portanto, uma intervenção multisetorial, interfederativa para a gestão dessas terras é crucial para garantir a proteção ambiental da Amazônia, a distribuição equitativa das terras públicas e o respeito aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

### Objetivos

O projeto Governança da Terra tem como objetivo central facilitar o acesso à terra para comunidades tradicionais e agricultores familiares, promovendo uma distribuição mais justa e equitativa dos recursos

Nome oficial	Governança fundiária e controle ambiental na Amazônia
Comitente	Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ)
País	Brasil
Parceiro	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Volume	2,5 milhões de Euros
Período	De 01/2025 até 12/2026

fundiários, baseando, principalmente, na destinação correta de terras públicas. Além disso, busca melhorar os fluxos e processos de regularização fundiária por meio da implementação de tecnologias avançadas e da interoperabilidade de sistemas, tornando-os mais eficientes e transparentes.

Outro objetivo fundamental é contribuir com a redução do desmatamento por meio de uma governança mais eficaz. Isso inclui a implementação de práticas que assegurem a proteção das áreas vulneráveis e promovam o uso sustentável dos recursos naturais, em alinhamento com os compromissos ambientais nacionais e internacionais.

### Nossa abordagem

A implementação do projeto será realizada em estreita colaboração com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Estas parcerias são essenciais para o sucesso do projeto, pois garantem o alinhamento com as políticas públicas nacionais e a utilização de expertises técnicas e institucionais já estabelecidas.

A abordagem do projeto visa fortalecer a implementação das Diretrizes voluntárias sobre a governança responsável da terra, dos recursos pesqueiros e florestais, no contexto da segurança alimentar

<sup>1</sup> RAD2023: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2023 - São Paulo, Brasil - MapBiomas, 2024 - 154 páginas. [https://alerta.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/17/2024/10/RAD2023\\_COMPLETO\\_15-10-24\\_PORTUGUES.pdf](https://alerta.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/17/2024/10/RAD2023_COMPLETO_15-10-24_PORTUGUES.pdf). DOI: 10.1088/1748-9326/ac519).



Fotos 1, 2 e 3: Mutirões Integrados de Regularização Ambiental e Fundiária - Assessoria aos proprietários rurais e instrumentos de georeferenciamento, @GIZ/Carlos Toniazzo. Foto 4: Gleba pública no eixo da BR 319, @DNIT.

nacional (MDA, 2015<sup>2</sup>), que enfatiza a importância de uma governança colaborativa e participativa, onde todos os atores envolvidos, incluindo as comunidades locais, devem ter voz e participação ativa no processo de tomada de decisão e gestão dos territórios. Isso não apenas fortalece a legitimidade das ações propostas, mas também assegura que as soluções desenvolvidas sejam sustentáveis e adaptadas às realidades locais.

## Campos de ação – Atividades

### Apoio à Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais

O projeto prevê o apoio direto à Câmara Técnica de Destinação, visando aprimorar a coordenação e o espaço de diálogo do colegiado deliberativo<sup>3</sup>. Isso inclui, a revisão de instrumentos normativos e a implementação de procedimentos que garantam a transparência e a equidade na distribuição de terras.

### Melhoria de Fluxos e Processos de Destinação e Regularização Fundiária

Serão desenvolvidas ações para otimizar os fluxos e processos de destinação e regularização fundiária para povos e comunidades tradicionais, incluindo métodos de consulta, seguindo as diretrizes da OIT 169<sup>4</sup>, a introdução de tecnologias que facilitem o mapeamento, a análise e a gestão de dados fundiários. A qualificação de base de dados e interoperabilidade entre sistemas será fortalecida para assegurar que informações cruciais sejam compartilhadas de forma eficaz entre diferentes setores e níveis de governo.

### Fortalecimento dos sistemas e capacidade de interoperabilidade

O projeto investirá no fortalecimento dos sistemas de informação e na interoperabilidade entre vários bancos de dados da administração de terras. Pretende-se realizar uma análise detalhada das ferramentas e tecnologias atualmente empregadas na gestão de terras públicas e no combate ao desmatamento, com foco na interoperabilidade de dados e no uso de Interfaces de Programação de Aplicações (APIs), que contribuirá para o aprimoramento dos procedimentos de destinação de terras, permitindo centralização das informações dispersas, corrigindo lacunas operacionais para expandir a eficiência do uso de dados no

contexto da governança territorial. Isso permitirá uma gestão mais integrada e eficiente das informações fundiárias, facilitando a tomada de decisões baseadas em dados precisos e atualizados.

### Desenvolvimento de capacidade dos atores responsáveis pela governança da terra

Capacitações serão oferecidas aos atores responsáveis pela governança da terra, incluindo agentes públicos, lideranças comunitárias e representantes de organizações da sociedade civil. Assegurando que todos os envolvidos estejam preparados para implementar as mudanças necessárias e garantir acesso à informação.

## Resultados esperados

O projeto Governança da Terra espera alcançar um conjunto de resultados que contribuirão para a melhoria da gestão fundiária na Amazônia e a redução do desmatamento:

- 1. Redução do desmatamento:** Por meio de práticas de governança eficazes e sustentáveis, espera-se uma redução significativa nas taxas de desmatamento em glebas públicas federais.
- 2. Garantia de direitos territoriais:** Instrumentos de regularização de terras aprimorados para comunidades tradicionais e agricultores familiares, possibilitando acesso a políticas públicas, garantia de direitos e a inclusão social.
- 3. Sistemas de informação fortalecidos:** A interoperabilidade entre sistemas será aprimorada, resultando em uma gestão de dados mais integrada e eficiente.
- 4. Capacitação e empoderamento:** Gestores públicos e atores locais capacitados para gestão e proteção territorial, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A questão de gênero será integrada a iniciativas de regularização fundiária, promovendo a inclusão social, reforçando o direito das mulheres à propriedade e utilização da terra.
- 5. Parcerias fortalecidas:** A colaboração com instituições governamentais e organizações de atuação local nos territórios será fortalecida, garantindo um impacto duradouro e positivo.

<sup>2</sup> Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional (DVGT). Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

<sup>3</sup> Reúne: MDA, INCRA, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). E como membros consultivos, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Igualdade Racial. e a eficácia das ações de destinação de terras.

<sup>4</sup> Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais.

<p>Editor</p> <p>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH</p> <p>Sede da empresa em Bonn e Eschborn, Alemanha</p> <p>Programa Biosfera da GIZ no Brasil</p> <p>Governança da Terra e Controle Ambiental na Amazônia</p> <p>SCN Quadra 1 – Bloco C, Sala 1701</p> <p>Ed. Brasília Trade Center</p> <p>70.711-902 - Brasília/DF</p> <p>Brasil</p> <p><a href="mailto:giz-brasilien@giz.de">giz-brasilien@giz.de</a></p> <p><a href="http://www.giz.de/brasilien">www.giz.de/brasilien</a></p>	<p>Parceiro</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)</p>		
<p>Responsável</p> <p>Andre Lammerding-Berdau / Taiguara Alencar</p>	<p>Por encargo do</p> <p>Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ)</p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"> <p>BMZ Bonn</p> <p>Dahlmannstraße 4</p> <p>53113 Bonn, Alemanha</p> <p>T +49 (0)228 99 535-0</p> <p><a href="http://www.bmz.de">www.bmz.de</a></p> </td> <td style="width: 50%;"> <p>BMZ Berlin</p> <p>Stresemannstraße 94</p> <p>10963 Berlin, Alemanha</p> <p>T +49 (0)30 18 535-0</p> </td> </tr> </table>	<p>BMZ Bonn</p> <p>Dahlmannstraße 4</p> <p>53113 Bonn, Alemanha</p> <p>T +49 (0)228 99 535-0</p> <p><a href="http://www.bmz.de">www.bmz.de</a></p>	<p>BMZ Berlin</p> <p>Stresemannstraße 94</p> <p>10963 Berlin, Alemanha</p> <p>T +49 (0)30 18 535-0</p>
<p>BMZ Bonn</p> <p>Dahlmannstraße 4</p> <p>53113 Bonn, Alemanha</p> <p>T +49 (0)228 99 535-0</p> <p><a href="http://www.bmz.de">www.bmz.de</a></p>	<p>BMZ Berlin</p> <p>Stresemannstraße 94</p> <p>10963 Berlin, Alemanha</p> <p>T +49 (0)30 18 535-0</p>		
<p>Data</p> <p>Dezembro de 2024</p>			